autuado por cintiacarrer em 08/09/2026 15:54:16.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 695/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Constituição Federal.

Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 — Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

Lei Federal nº 4.132, de 10 de setembro de 1962 — Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.

Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 — Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 — Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 — Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 — Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 — Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771,

Matéria DSP 13738/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 08/09/2026 e juntado ao PL 695/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=762003.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976 — Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente.

Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997 — Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

Lei Estadual nº 13.577, de 8 de julho de 2009 — Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas, e dá outras providências correlatas.

Lei Estadual nº 13.798, de 9 de novembro de 2009 — Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC.

Lei Municipal nº 14.887, de 15 de janeiro de 2009 — Reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA e dispõe sobre seu quadro de cargos de provimento em comissão; confere nova disciplina ao Conselho do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, ao Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CONFEMA, ao Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA, ao Conselho Consultivo da Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz e ao Conselho Regional de Meio Ambiente e Cultura de Paz; revoga as leis e os decretos que especifica.

Decreto Municipal nº 53.799, de 26 de março de 2013 — Estabelece o procedimento a ser observado para a desapropriação de bens úteis ou necessários aos interesses da Administração Municipal.

Lei Municipal nº 15.910, de 27 de novembro de 2013 — Dispõe sobre a criação e organização de Conselhos Gestores dos Parques Municipais.

Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014 — Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.

Matéria DSP 13738/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 08/09/2026 e juntado ao PL 695/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=762003.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016 — Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico (PDE).

Lei Municipal nº 17.794, de 27 de abril de 2022 — Disciplina a arborização urbana, quanto ao seu manejo, visando à conservação e à preservação, e dá outras providências.

Lei Orgânica do Município de São Paulo, de 4 de abril de 1990.

Projeto de Lei nº 158/2024 — Dispõe sobre a criação do Parque Municipal Jurubatuba e dá outras providências. Em tramitação na Câmara Municipal de São Paulo, tendo sido objeto de audiência pública em 1º de novembro de 2025.

Projeto de Lei nº 695/2026, apresentado em 1º de setembro de 2026 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área localizada no Distrito de Santo Amaro, Subprefeitura de Santo Amaro, para implantação do Parque Municipal Respira Santo Amaro, e dá outras providências. Documento oficial

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 08 de setembro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 13738/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 08/09/2026 e juntado ao PL 695/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=762003.